O QUE ESPERAR?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

OS PRIMEIROS meses do governo Bolsonaro foram decepcionantes em termos de implementação de uma agenda econômica para o Brasil. A reforma da previdência enviada pelo governo ao Congresso Nacional não avançou como esperado. Imaginava-se que os primeiros meses do novo governo fossem marcados por um maior ímpeto nessa direção. Eram esperadas maiores articulação e coordenação do governo junto ao Parlamento como forma de viabilizar de forma mais acelerada a aprovação dessa reforma.

Vale lembrar que o déficit do sistema previdenciário brasileiro (público e privado) já absorve uma parte considerável dos recursos do governo, limitando enormemente o espaço de manobra do governo para a realização de outros gastos essenciais ao País. Esse quadro é agravado no contexto de uma economia estagnada, em que a arrecadação de impostos e contribuições vem sistematicamente frustrando as projeções para o período. Como resultado disso, o contingenciamento de recursos tem sido cada vez mais duro e pode ser intensificado nos próximos meses caso o quadro da arrecadação não mude.

O déficit da previdência será ainda maior nos próximos anos caso nada seja feito. Às distorções existentes no sistema soma-se o fato de que a população brasileira está envelhecendo em um ritmo acelerado. Em função disso, é urgente que uma reforma no sistema seja levada adiante, o que deveria ser a prioridade do novo governo.

A realidade dos fatos, no entanto, mostrou um quadro bem diferente do que se projetava inicialmente. Até o momento, o governo não demonstrou desenvoltura política na dimensão necessária para levar adiante a reforma, e esta caminha a passos muito lentos, sem maiores sinais de aprovação no primeiro semestre do ano. Curiosamente, as resistências a uma reforma da previdência no Parlamento e na sociedade são muito menores hoje do que no passado. Em outras palavras, é muito mais factível aprovar a reforma atualmente do que nos governos anteriores.

A frustração gerada a partir dessa falta de empenho e de articulação por parte do governo levou a um aumento das incertezas acerca da economia brasileira. Esse fenômeno, aliado ao desempenho abaixo do esperado da atividade econômica, ampliou o desânimo quanto ao futuro da nossa economia. Com isso, decisões de investimentos e consumo estão sendo adiadas, cristalizando um quadro de baixo crescimento neste ano. Muito provavelmente, a economia brasileira deverá registrar um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 1% em 2019, ficando bem abaixo do projetado para o período alguns meses atrás.

Tão preocupante quanto o quadro atual é a falta de perspectiva para os próximos anos. Se comparado com governos anteriores, fica evidente a falta de compromisso do governo com uma agenda econômica modernizante para o País. Nesse contexto, o governo Fernando Henrique estabeleceu o compromisso com a manutenção da inflação baixa, a abertura econômica e as privatizações. O governo Lula trouxe a bandeira da desigualdade de renda e da inclusão social. Mesmo o primeiro mandato do governo Dilma teve algumas bandeiras, como o programa Minha Casa Minha Vida.

O governo atual parece inteiramente desprovido de maiores compromissos reformistas ou com a modernização da economia brasileira. Nesse quadro, a própria reforma tributária passou a caminhar de forma autônoma no Congresso, deixando o governo à margem desse processo até o momento.

Em função disso, o desânimo com o governo Bolsonaro difunde-se de forma cada vez mais ampla na sociedade, o que se reflete nas perspectivas de crescimento da economia brasileira não apenas em 2019, mas também nos próximos anos. Reduziram-se significativamente as apostas de um crescimento econômico em um ritmo mais acelerado a partir de 2020.

O governo Bolsonaro ainda está no seu início, e ainda há tempo para mudanças e correções de rumo na sua gestão, orientando para um foco mais direcionado às reformas e à modernização da economia brasileira. Espera-se que isso ocorra nos próximos meses. ■

SHUTTERSTOCK

